

CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (24/03/2026 A 30/03/2026)

MINERAÇÃO

- **Prazo para declaração de estabilidade de barragens termina em 31 de março**

Envio é obrigatório e essencial para garantir a segurança das estruturas de mineração

A Agência Nacional de Mineração (ANM) estabeleceu o dia 31 de março de 2026 como prazo final para o envio da Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) das barragens de mineração. O documento deve ser encaminhado por meio do Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração (SIGBM) e é obrigatório para todas as estruturas enquadradas na Política Nacional de Segurança de Barragens, sendo um dos principais instrumentos de monitoramento da estabilidade dessas instalações no país.

A poucos dias do encerramento, somente 59 barragens haviam enviado a declaração, o que acende um alerta para o cumprimento da obrigação. Segundo a regulamentação vigente, o não envio ou o envio fora do prazo pode resultar em sanções imediatas, incluindo o embargo da barragem. A medida reforça a importância do controle técnico e regulatório para prevenir riscos e garantir a segurança operacional no setor mineral.

Fonte: [Prazo para envio da Declaração de Condição de Estabilidade de barragens termina em 31 de março – Agência Nacional de Mineração](#)

- **Prazo para envio do Relatório Anual de Lavra termina em 31 de março**

ANM unifica calendário e orienta mineradores a evitar envio nos últimos dias

A ANM prorrogou e unificou o prazo para envio do Relatório Anual de Lavra (RAL), ano-base 2025, estabelecendo o dia 31 de março de 2026 como data final para todos os titulares de direitos minerários. Inicialmente, parte dos empreendimentos deveria entregar o documento até o dia 16 de março, mas a extensão foi adotada para simplificar o processo e reduzir a sobrecarga nos sistemas da agência.

O RAL é um documento obrigatório que reúne informações sobre a atividade mineral e deve ser

enviado eletronicamente à ANM. A agência orienta os responsáveis a não deixarem o envio para a última hora, devido ao aumento no volume de acessos próximo ao prazo final, o que pode comprometer a estabilidade do sistema.

Fonte: [Prazo para envio do Relatório Anual de Lavra termina em 31 de março – Agência Nacional de Mineração](#)

- **Royalties da mineração distribuem mais de R\$ 92 milhões no país**

Repasses ampliam alcance territorial e destacam papel da infraestrutura na cadeia mineral

A ANM distribuiu mais de R\$ 92 milhões em royalties da mineração, referentes à Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), reforçando o papel da atividade na economia nacional. Do total, cerca de R\$ 76,9 milhões foram destinados a 1.763 municípios diretamente afetados por estruturas como ferrovias, portos e instalações operacionais, enquanto R\$ 15,27 milhões foram distribuídos a mais de 4.400 municípios limítrofes, além de estados e do Distrito Federal.

Os dados revelam uma nova geografia da mineração no Brasil, em que os recursos não se concentram apenas nas áreas de extração, mas se espalham por regiões conectadas à logística do setor. Municípios atravessados por corredores de transporte mineral concentram os maiores repasses, evidenciando que a atividade se organiza em rede e amplia seus impactos econômicos para além das minas, contribuindo para reduzir desigualdades territoriais.

Fonte: [Royalties da mineração distribuem mais de R\\$ 92 milhões e revelam nova geografia da presença no país – Agência Nacional de Mineração](#)

- **ANM convoca estados e municípios para treinamento obrigatório sobre CFEM**

Capacitação é requisito para atuação na fiscalização dos royalties da mineração

A ANM convocou estados e municípios que possuem Acordos de Cooperação Técnica (ACT) firmados e publicados para participar de um treinamento obrigatório sobre a fiscalização da CFEM. A capacitação está prevista para abril de 2026, sendo esta uma condição essencial para que os entes federativos possam atuar nas atividades complementares de fiscalização, conforme normas vigentes da agência.

A participação é restrita a servidores públicos formalmente indicados nos acordos, sendo vedado o acesso a terceirizados, estagiários ou profissionais externos, devido ao caráter sigiloso das informações tratadas. O treinamento abordará a legislação da CFEM e o uso de sistemas operacionais, com o objetivo de fortalecer a atuação integrada entre União, estados e municípios e aumentar a eficiência e o controle na arrecadação mineral.

Fonte: [Estados e municípios com ACT firmado e publicado com a ANM são convocados para treinamento obrigatório sobre fiscalização da CFEM – Agência Nacional de Mineração](#)

- **Comissão de Minas e Energia aprovou projeto de lei que dedica parte dos royalties da mineração para projetos ambientais locais**

Proposta deve seguir para análise na Câmara dos Deputados

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados (CME) aprovou um projeto de lei que prevê o repasse de parte dos royalties da mineração para órgãos ambientais locais e iniciativas de recuperação de áreas degradadas por atividades irregulares. A proposta altera a legislação da CFEM e estabelece que, dos 60% destinados a estados e municípios, ao menos 5% sejam direcionados a ações ambientais.

Segundo o texto aprovado, quando não houver órgão ambiental local, os recursos deverão ser aplicados diretamente em projetos com essa finalidade. O relator destacou que a medida busca garantir que parte da arrecadação seja revertida para mitigar impactos ambientais da atividade. A proposta ainda seguirá para análise em outras comissões da Câmara antes de ir ao plenário e, posteriormente, ao Senado.

Fonte: [Comissão aprova repasse de parte dos royalties da mineração a projetos ambientais locais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados](#)

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

- **ANP distribui royalties da produção de janeiro a estados e municípios**

Repasses de contratos de partilha somam mais de R\$ 1,3 bilhão para entes federativos

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) concluiu a distribuição dos royalties referentes à produção de janeiro de 2026 para contratos de partilha de produção, destinando cerca de R\$ 602,7 milhões aos estados e R\$ 780,8 milhões aos municípios. Ao todo, os repasses contemplaram três estados e 544 municípios, encerrando a etapa de pagamentos desse regime específico.

Com isso, foram finalizadas todas as transferências relativas à produção de janeiro, incluindo também os contratos de concessão e cessão onerosa realizados anteriormente. No total, os royalties distribuídos para a União, estados e municípios somaram aproximadamente R\$ 5,22 bilhões, reforçando a relevância dessas receitas para o equilíbrio fiscal e o financiamento público em diferentes regiões do país.

Fonte: [Royalties: valores referentes à produção de janeiro para contratos de partilha de produção foram distribuídos hoje a estados e municípios – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis](#)

- **ANP lança painel dinâmico para acompanhar agenda regulatória**

A ANP lançou um novo painel dinâmico para acompanhamento da sua Agenda Regulatória, com o objetivo de aprimorar a qualidade das informações e facilitar o monitoramento das ações do setor. A ferramenta substitui o modelo anterior, baseado em relatórios em PDF, passando a utilizar dados consolidados do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o que aumenta a consistência, a confiabilidade e a transparência no acompanhamento dos processos regulatórios.

O painel permite visualizar de forma integrada o status das ações, como, por exemplo, ações planejadas, em andamento e concluídas, além de oferecer filtros dinâmicos por tema, unidade responsável, diretor-relator e fase do processo. Também inclui ferramentas de gestão de prazos e análises interativas, possibilitando uma visão mais detalhada e ágil para a tomada de decisão e o acompanhamento dos cronogramas da agenda regulatória.

Fonte: [ANP lança novo Painel Dinâmico da Agenda Regulatória – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis](#)

- **ANP aprova medidas para operacionalizar subsídio ao diesel**

A ANP aprovou duas medidas para viabilizar a subvenção econômica ao óleo diesel rodoviário, instituída por medida provisória e decreto federal. A primeira estabelece um roteiro com orientações para que produtores, importadores e distribuidores possam aderir ao programa, com envio de solicitações por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), buscando facilitar o acesso e reduzir dúvidas no processo.

A medida define a metodologia de cálculo do preço de referência, que será regionalizado, expresso em reais por litro e atualizado diariamente com base em parâmetros de mercado. O programa prevê subvenção de R\$ 0,32 por litro, condicionada ao cumprimento de um preço máximo de comercialização, e será aplicado em períodos com regras específicas conforme o perfil dos agentes econômicos.

Fonte: [ANP aprova medidas relativas à subvenção ao óleo diesel – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis](#)

ENERGIA ELÉTRICA

- **Comissão aprova programa de incentivo à energia oceânica**

Proposta prevê benefícios fiscais e apoio à inovação em fontes renováveis no país

A CME aprovou um projeto de lei que cria o Programa Nacional de Incentivo à Energia Oceânica (PNIEA), com o objetivo de estimular a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a implantação de projetos voltados à geração de energia a partir de fontes marítimas. O texto aprovado é um substitutivo apresentado pelo relator, Deputado General Pazuello, ao Projeto de Lei 1001/25 e busca ampliar o uso de fontes renováveis ainda pouco exploradas no Brasil.

A proposta prevê uma série de incentivos, como isenção de IPI para equipamentos, redução de impostos de importação para tecnologias sem similar nacional, créditos tributários e acesso a linhas de financiamento por meio de instituições como o BNDES. O programa será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com participação de outros órgãos, e ainda passará por novas comissões antes de seguir para votação final no Congresso Nacional.

Fonte: [Comissão aprova projeto que cria programa de incentivo à energia oceânica - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados](#)

- **Comissão aprova critérios para escolha de locais de usinas nucleares**

Investimentos visam aumentar a responsabilidade entre os órgãos

A CME aprovou um projeto de lei que estabelece critérios para a escolha de locais destinados à instalação de usinas nucleares, incluindo micro e pequenos reatores modulares. O texto aprovado detalha requisitos como segurança nuclear, impacto ambiental, infraestrutura, disponibilidade de água, distância de áreas povoadas, preservação da biodiversidade e a elaboração de planos de emergência.

A proposta também organiza a governança do processo, distribuindo responsabilidades entre órgãos federais: ao Conselho Nacional de Política Energética caberá a aprovação da localização das usinas, à Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, ficará encarregado do licenciamento nuclear, e, por fim, ao IBAMA, caberá o licenciamento ambiental, sob coordenação do Ministério de Minas e Energia. O projeto ainda será analisado por outras comissões antes de seguir para votação final no Congresso.

Fonte: [Comissão aprova critérios para escolha de locais de usinas nucleares - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados](#)

- **Leilão de transmissão gera economia de R\$ 7,6 bilhões ao consumidor**

Deságio superior a 50% marca forte competição e reduz custos na tarifa de energia

O primeiro leilão de transmissão de energia de 2026, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alcançou uma economia estimada de R\$ 7,6 bilhões para os consumidores ao longo dos contratos. O resultado foi impulsionado por um deságio médio de 50,69% em relação ao teto estabelecido pela agência, refletindo a alta competitividade do certame e a eficiência do modelo de contratação adotado.

O leilão ofertou cinco lotes, com previsão de R\$ 3,3 bilhões em investimentos para construção e manutenção de cerca de 798 km de linhas de transmissão e ampliação da capacidade do sistema elétrico em 11 estados. Além de reforçar a infraestrutura energética, os projetos devem gerar milhares de empregos e contribuir para maior confiabilidade e expansão do sistema interligado nacional.

Fonte: [Primeiro Leilão de Transmissão do ano alcança R\\$ 7,6 bilhões de economia para o consumidor – Agência Nacional de Energia Elétrica](#)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIAS (MME)

- **Brasil e Angola firmam acordo para cooperação energética**

Memorando prevê intercâmbio técnico e fortalecimento de políticas no setor elétrico

O Ministério de Minas e Energia (MME) firmou um Memorando de Entendimento com o governo de Angola para ampliar a cooperação bilateral no setor energético. O acordo estabelece uma agenda conjunta voltada ao intercâmbio de experiências, desenvolvimento institucional e fortalecimento de políticas públicas, com foco em áreas como planejamento energético, modernização do setor elétrico, expansão da transmissão e universalização do acesso à energia.

A iniciativa também prevê capacitação técnica e integração entre instituições públicas e privadas, além da criação de mecanismos de coordenação entre os países, como um comitê conjunto para acompanhamento das ações. De natureza não vinculante, o memorando terá vigência inicial de cinco anos e reforça a cooperação estratégica entre os dois países em temas como segurança energética e transição energética justa.

Fonte: [Brasil e Angola firmam Memorando de Entendimento para cooperação energética – Ministério de Minas e Energia](#)

- **MME prioriza demandas de Goiás e acelera soluções para energia**

Reunião busca destravar projetos e ampliar oferta para sustentar crescimento econômico

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, priorizou demandas do estado de Goiás ao discutir medidas para reforçar o suprimento de energia e garantir maior segurança elétrica. Em reunião com o vice-governador Daniel Vilela, foram tratadas obras estruturantes voltadas à ampliação da oferta de energia, com foco no atendimento da demanda reprimida e impulsionar o desenvolvimento econômico regional.

Segundo o MME, a iniciativa considera a importância estratégica de Goiás, especialmente para o agronegócio, destacando que o fortalecimento da rede elétrica é essencial para viabilizar

investimentos, ampliar a produção e gerar empregos. As discussões também envolveram alternativas para acelerar projetos e garantir o abastecimento em áreas estratégicas para a economia do estado.

Fonte: [Alexandre Silveira prioriza demandas de Goiás e acelera soluções para o suprimento de energia no estado – Ministério de Minas e Energia](#)

- **MME e EPE divulgam cadernos do PDE 2035 sobre meio ambiente e resultados**

Documentos apresentam desafios socioambientais e projeções de investimentos no setor energético

O Ministério de Minas e Energia e a Empresa de Pesquisa Energética divulgaram os cadernos “Meio Ambiente e Energia” e “Consolidação de Resultados”, concluindo a publicação dos estudos que compõem o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2035. O material destaca os principais aspectos socioambientais da expansão energética, incluindo desafios como redução de emissões, adaptação às mudanças climáticas e a necessidade de uma transição energética justa, além de apontar oportunidades, como o uso de resíduos e práticas sustentáveis no setor.

O caderno de resultados consolidados apresenta as projeções para a matriz energética e elétrica até 2035, indicando manutenção de alta participação de fontes renováveis – cerca de 50% na matriz energética e 86% na elétrica.

O plano também prevê investimentos de aproximadamente R\$ 3,5 trilhões no setor entre 2026 e 2035, com destaque para petróleo e gás, além de aportes significativos em energia elétrica e biocombustíveis, reforçando o planejamento de longo prazo para garantir segurança energética e crescimento sustentável.

Fonte: [MME e EPE divulgam cadernos do PDE 2035 sobre meio ambiente e resultados consolidados – Ministério de Minas e Energia](#)

- **MME divulga relatório da Agenda Estratégica Eletroenergética 2026**

Nova seção no site amplia transparência e acompanhamento das ações do setor elétrico

O Ministério de Minas e Energia disponibilizou o relatório da Agenda Estratégica Eletroenergética 2026 em uma nova seção do seu site, criando um canal permanente para acompanhamento das ações prioritárias voltadas à segurança e à confiabilidade do suprimento de energia no país. O

documento apresenta a contextualização da agenda, sua estrutura de governança, cronograma, e a descrição das ações estratégicas, além das instituições responsáveis por sua execução. A nova área também reunirá relatórios periódicos de monitoramento, com atualizações sobre o andamento das iniciativas, publicados após o encerramento de cada trimestre. A medida reforça a transparência e o acompanhamento contínuo das ações do setor elétrico, contribuindo para uma gestão eficiente, segura e preventiva do sistema energético brasileiro.

Fonte: [MME disponibiliza relatório da Agenda Estratégica Eletroenergética 2026 em nova seção do site – Ministério de Minas e Energia](#)

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF nº 56.513

PAULO RANGEL SOARES VIEIRA

Estagiário de Geologia